

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Direito

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : 1

Itens a serem abordados:
- Constitucionalismo clássico - estruturação racional do Estado e a limitação de seu poder.
- Constitucionalismo Atual- Estado de Bem Estar Social
- Analise com relação à extensão (sintéticos, analíticos), à finalidade, (constituições-garantia, tipo dirigente),
- Qual movimento incorporou: direitos políticos, direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos
Referência:
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional descomplicado. São Paulo: Método, 2023.

Membros da Banca:

Avaliadora 1: Clerilei Aparecida Bier

Avaliador 2:Fábio Pugliesi

Avaliador 3: Adrián Sánchez Abraham

Presidente da Banca: Adrián Sánchez Abraham

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Direito

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : 2

Itens a serem abordados:
- A constituição de uma personalidade jurídica (titularidade negocial, titularidade processual, responsabilidade patrimonial).
- Desconsideração da personalidade jurídica com fundamento no Código Civil (Art. 50) (instrumento de coibição do mau uso da pessoa jurídica; prova da fraude)
- Quando é cabível aplicar judicialmente a desconsideração da personalidade jurídica;
- Mencionar sua aplicabilidade em outros áreas (reparar eventual violação de direito do consumidor (art. 28 da Lei nº 8.078/90), para satisfazer crédito de natureza trabalhista (art. 855-A da CLT), para reparar prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (art. 4º, Lei nº 9.605/98), indenização de danos causados por infração contra a ordem econômica (Art. 34, Lei nº 12.529/11) e em caso de prática de ato ilícito no âmbito das licitações (art. 160, Lei nº 14.133/21)).
- A função social da empresa e a função social da propriedade (art. 170, inciso II da Constituição Federal).
Referências:
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial: direito de empresa. Capítulo 9- teoria Geral do Direito.São Paulo: RT, 2022.
BRASIL. Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (e alterações posteriores). Institui o Código Civil. DOU de 11.01.2002.

Membros da Banca:

Avaliadora 1: Clerilei Aparecida Bier

Avaliador 2:Fábio Pugliesi

Avaliador 3: Adrián Sánchez Abraham

Presidente da Banca: Adrián Sánchez Abraham

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Direito

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : 3

Itens a serem abordados:
- modelo corporativista e sua estrutura sindical se sustentava (unicidade sindical, ausência de Autonomia Sindical e, restrições na Liberdade de afiliação, Imposto Sindical).
- restrições sobre o sistema de negociação coletiva e controle dos conflitos coletivos de trabalho, e efeitos sobre a autonomia dos trabalhadores e de seus sindicatos
- Pós Constituição de 1988 como permanece.
- negociação coletiva - associada a ideia basilar de Liberdade sindical, características imbuídas.
- Efeitos da LEI Nº 13.467/17 para o DIREITO COLETIVO DO TRABALHO, sobre poder de negociação sindical e maior fragilização dos sindicatos.
- Estabelecer principalmente correlação com aumento da esfera da autonomia individual e como estes instrumentos coletivos podem ultrapassar a barreira mínima legal e os ajustes individuais podem invadir a esfera da negociação coletiva
- Texto apresentado, - outras possibilidades de aplicação de preceitos legais de manutenção de princípios de autonomia negocial, porém o objetivo pretendido pela reforma de reduzir direitos está presente na reforma (imposição de ajustes individuais precários e não proteção sindical)
Referências
MAIOR, Jorge Luiz Souto. A “reforma” trabalhista e seus reflexos no Direito Coletivo do Trabalho.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho : relações individuais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

Membros da Banca:

Avaliadora 1: Clerilei Aparecida Bier

Avaliador 2: Fábio Pugliesi

Avaliador 3: Adrián Sánchez Abraham

Presidente da Banca: Adrián Sánchez Abraham

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Direito

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO : 4

A lei complementar deve respeitar as seguintes disposições relativamente ao regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
I - será opcional para o contribuinte;
II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;
III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;
IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

Membros da Banca:

Avaliadora 1: Clerilei Aparecida Bier

Avaliador 2: Fábio Pugliesi

Avaliador 3: Adrián Sánchez Abraham

Presidente da Banca: Adrián Sánchez Abraham